



A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO POPULAR

Alex Verdério¹ - UNIOESTE

Liliam Faria Porto Borges² - UNIOESTE

Janaine Zdebski da Silva³ - UNIOESTE

Resumo: O presente artigo apresenta uma breve reflexão sobre a relação entre a Educação do Campo e a Educação Popular e toma esta relação como marco fundamental da luta por ampliação da educação no Brasil. Partindo da configuração histórica da Educação Popular, e sua condição de concepção pedagógica, identifica-se a relação intrínseca com a Educação do Campo. Na constituição dos Movimentos Sociais Populares do Campo como espaços de luta por direitos, verifica-se que, por meio de sua organização para a luta, os trabalhadores do campo, vêm identificando a necessidade de atuar em distintos espaços. Um destes espaços, ao lado da luta pela e na terra, o de luta pela educação. Assim, essa luta organizada dos povos do campo, tem se concretizado também como luta pelo direito à educação, vinculando esta à busca da garantia da existência humana em todas as suas dimensões. A Educação do Campo, como parte da luta dos Movimentos Sociais Populares do Campo, tem assumido a característica de ser um contraponto à concepção hegemônica de educação no sistema capitalista. Assume assim, seu vínculo imprescindível com a Educação Popular, conquistando avanços no espaço da educação formal e da política pública.

Palavras-chave: Educação Popular; Educação do Campo; Luta de Classes; Movimentos Sociais Populares do Campo.

Introdução

Nas últimas duas décadas no Brasil, tem conquistado certo fôlego o movimento de luta por uma Educação do Campo. Tal luta é fruto da mobilização dos Movimentos Sociais Populares do Campo, os quais tem assumido a responsabilidade de lutar pelo direito do povo do campo à educação.

Assim, a luta por uma Educação do Campo se vincula às inquietações e disputas que assola o campo brasileiro. Tem como sujeitos questionadores da ordem estabelecida os

¹ Graduado em Pedagogia para educadores do Campo e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

² Pró-reitora de Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; discente do Programa de Pós Graduação em Educação da UNIOESTE; doutora em educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

³ Graduada em Pedagogia e Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Movimentos Sociais Populares do Campo, que a partir da organização coletiva dos povos do campo, passam a tensionar e colocar em xeque o atual estado das coisas.

A partir desse tensionamento, identifica-se na luta por uma Educação do Campo, uma proposta que vem sendo materializada através da luta coletiva e o fazer educativo dos povos do campo na perspectiva da garantia de seus direitos, que tem relação direta com a concepção de Educação Popular forjada no processo de organização da classe subalterna. Tendo por fundamento a vivência coletiva no contexto da luta de classes e seu caráter formativo.

Configuração histórica da Educação Popular como concepção pedagógica

Para situar a base desta reflexão é necessário resgatar um debate muito produtivo, que se materializou a partir dos movimentos de base no final da década de 1950 e que, já no início da década de 1980, assume a força de concepção pedagógica, sistematizada em torno da Educação Popular. Entretanto, conforme Paludo (2001), ressalta-se aqui que os teóricos críticos da educação brasileira nem sempre consideram que a Educação Popular teve sua gestão já no processo de constituição do projeto de modernidade e ao início de industrialização do país, no contexto de organização do movimento operário na década de 1930. Sendo que os contornos da Educação Popular se inovam e passam a ter maior evidência, ganhando adesões importantes, no início dos anos 1960, com os movimentos de reformas de base. Consolidando-se como concepção pedagógica nos anos 1970/80, passa a sofrer críticas contundentes no final dos anos 1980 e continua, com ganhos significativos no âmbito de sua formulação teórica e das experiências práticas, até os dias atuais.

Nesse quadro de constituição, consolidação e atualidade da Educação Popular é que se configura a Educação do Campo, que, como dito, tem sua gênese nos questionamentos, nas proposições e no fazer acontecer dos povos do campo, seja na luta pelo direito à educação ou na garantia desta através das diversas experiências educativas, que se fazem no contexto da luta de classes.

Contudo, em uma leitura mais apurada do contexto histórico brasileiro, Paludo (2001) salienta que mesmo a maior parte da literatura educacional brasileira se fixar nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na realização dos estudos e debates sobre a concepção de Educação Popular, é plausível localizar a emergência desta concepção desde antes da Proclamação da República, concomitante com o movimento e as lutas pela libertação dos escravos, na prática do movimento socialista e operário do início dos anos de 1899 a 1910. Dessa forma, pode-se afirmar que na transição da escravatura para o trabalho assalariado já é possível apontar

elementos como a luta antiescravagista, urbanização e a aglutinação populacional, a presença dos anarquistas, os indícios da organização operária, entre outros que mais tarde dariam vigor a esta concepção pedagógica, a Educação Popular.

Na década de 1930, o Governo Vargas assume para o Brasil um projeto liberal de desenvolvimento, de substituição de importações, pela produção nacional, empenhando-se na industrialização do país, ou seja, começa a se constituir nosso projeto de modernidade com consequências para os camponeses e seu acesso à educação.

O processo de constituição do *projeto de modernidade* foi acompanhado desde o início, de uma violência muito grande aos camponeses e aos trabalhadores livres pobres. Havia a necessidade de adequação deste contingente de pessoas à nova formação política, econômica e cultural que ia se conformando. A industrialização e a urbanização crescentes iam definindo um novo perfil para a nova sociedade. Progressivamente, mas não de forma linear, os trabalhadores foram sendo privados de qualquer outra possibilidade de sobrevivência que não fosse a venda de sua força de trabalho. Igualmente, foi sendo realizada uma verdadeira revolução cultural no sentido de aceitação da ideologia capitalista do livre mercado e foi utilizada uma permanente política repressiva aos que não aceitavam as novas relações sociais (Enguita, 1989). Enguita lembra, ainda, que este processo foi permeado pela violência com os camponeses e de conflitos entre patrões e trabalhadores em todos os níveis: no campo, nas oficinas, passando pelas fábricas e indústrias e atingindo setores de produção em escala local e global. Finalmente, foi necessário assegurar os mecanismos institucionais que permitissem aos indivíduos aceitar as novas relações sociais de forma não conflitiva. (PALUDO, 2001, p. 66, destaques da autora)

A educação proposta pelo Estado burguês, neste momento, já demonstrava os indícios do pensamento escolanovista, representando os anseios de intelectuais liberais ligados à educação no ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’, que defendia uma educação pública, laica e gratuita, sob responsabilidade do Estado. Contudo, os liberais, dentre eles os Pioneiros da Educação Nova, consideravam que as desigualdades não eram consequência da lógica de organização do modo de produção capitalista, mas estavam atreladas à esfera política e à esfera cultural. Compreendiam que a desigualdade era fruto da distribuição diferenciada de poder e da distribuição desigual das oportunidades educacionais. Sendo estas responsáveis pelas desigualdades sociais, de distribuição de renda e riqueza. Com tal entendimento, a educação vinculada ao projeto de modernidade, na perspectiva dos liberais, se constitui como uma força capaz de sedimentar valores culturais que dão coesão ao tecido social no sentido de manutenção da ordem.

No entanto, é também, a partir deste início de industrialização, que podemos vislumbrar o embrião da Educação Popular, que se gestava, advindo da atuação dos

socialistas, comunistas e anarquistas (libertários), haja vista o nível de organização que a classe trabalhadora urbana alcançará a partir da atuação de tais sujeitos. Conforme Saviani (2008, p. 181-182), “Em termos gerais, cabe observar que o desenvolvimento do movimento operário nesse período se deu sob a égide das idéias socialistas, na década de 1890, anarquistas (libertárias) nas duas primeiras décadas do século XX, e comunistas, na década de 1920.”

Nesse contexto, conforme Paludo (2001) e Saviani (2008) os socialistas e os comunistas, relativamente apoiavam as proposições do Manifesto dos Pioneiros, enquanto os anarquistas defendiam uma educação independente do Estado. Sendo que,

Os socialistas preocupavam-se com o ensino técnico-profissional, laico/gratuito e com a extensão do ensino básico – reivindicação básica de suas plataformas partidárias, e eram defensores dos ideais de justiça, igualdade e distribuição de renda. Impedidos de conseguir o poder político, tentavam efetivar suas idéias por meio do movimento sindical que ia se estruturando e mediante a luta, junto às autoridades republicanas, para a criação e manutenção de escolas públicas. (PALUDO, 2001, p. 82).

Dessa forma, conforme Saviani (2008), os partidos políticos vinculados à luta da classe operária passam a defender o ensino popular gratuito, laico e técnico-profissional, reivindicando e fazendo a luta política pelo ensino público, com críticas contundentes à inoperância estatal, no que se refere à instrução das classes populares, articulando suas forças para a constituição de escolas operárias e de bibliotecas populares. Já para as tendências libertárias, que se expressavam pelas correntes anarquistas e anarcossindicalistas, a educação ocupava posição central,

[...] e expressava-se num duplo e concomitante movimento: a crítica à educação burguesa e a formulação da própria concepção pedagógica que se materializava na criação de escolas autônomas e autogerida. No aspecto crítico denunciavam o uso da escola como instrumento de sujeição dos trabalhadores por parte do Estado, da Igreja e dos partidos. No aspecto propositivo os anarquistas no Brasil estudavam os autores libertários extraindo deles os principais conceitos educacionais como o de “educação integral”, oriundo da concepção de Robin, e “ensino racionalista”, proveniente de Ferrer (Gallo & Moraes, 2005, pp. 89-91), e os traduzia e divulgava na imprensa operária. Mas não ficavam apenas no estudo das idéias. Buscavam praticá-las por meio da criação de universidade popular, centros de estudos sociais e escolas [...]. (SAVIANI, 2008, p. 182-183).

Sendo assim, quando o movimento anarquista, entre 1910 e 1922, assume a condição de principal força da classe trabalhadora, a concepção alternativa de educação dos

trabalhadores passa a ter então uma nova orientação, constituindo-se no enfretamento em contraposição ao Estado, ao capital e à Igreja. Os anarquistas passam a desenvolver práticas pedagógicas profundamente associadas às suas propostas de autogestão e liberdade, no seu entendimento, elementos centrais para organização da nova sociedade.

No entanto, com a ascensão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, após a Revolução Russa de 1917, o movimento operário brasileiro se re-articula em torno do Partido Comunista do Brasil – PCB, e no contexto do movimento escolanovista,

[...] a concepção de Educação Popular emergente vai ter um outro direcionamento. Tratava-se, agora, de ir além da luta empreendida pelos socialistas pela escola pública, universal, laica e gratuita e lutar pela escola “unitária”, ou seja, por uma mesma forma de ensino para todos. Igualmente, não se tratava mais de lutar pelo ensino técnico-profissional, e sim para entender e implementar a união do “ensino com o trabalho produtivo”, pela “formação politécnica” e pela administração das escolas com participação dos trabalhadores. (PALUDO, 2001, p. 84).

Sendo que para os comunistas, organizados, sobretudo no PCB, as suas ações no que se refere à educação, conforme Saviani (2008), estavam vinculadas a quatro pontos básicos:

[...] ajuda econômica às crianças pobres, fornecendo-lhes os meios (material didático, roupa, alimentação e transporte) para viabilizar a frequência às escolas; abertura de escolas profissionais em continuidade às escolas primárias; melhoria da situação do magistério primário; subvenção às bibliotecas populares. Também se dedicou à educação política e formação de quadros. (SAVIANI, 2008, p. 183).

As forças organizadas da classe trabalhadora neste período apresentavam certa objetividade em relação à necessidade da educação de classe e sua relação e incidência no projeto de desenvolvimento, no mundo do trabalho, na qualidade de vida, bem como na capacidade organizativa dos trabalhadores enquanto classe. Dessa forma passaram a concentrar seus esforços no sentido da configuração de um projeto de sociedade, no qual a educação teria papel imprescindível. Sua ação relacionada à educação passou a efetivar-se nos trabalhos de base e de formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Percebe-se que, de alguma forma, essas práticas já associavam a educação escolar ou extra-escolar – informal, não-formal ou alternativa – com muitas das discussões sobre as quais se debruçam os estudiosos e a sociedade hoje. Por exemplo, a educação era associada aos delineamentos do projeto de sociedade que orientava a intervenção teórico-prática dos agentes de mediação; à esfera do trabalho; à melhoria da qualidade de vida; à dimensão organizativa dos trabalhadores; à ação social reivindicatória e/ou

transformadora das classes subalternas; à instrução; à necessidade de mudanças na esfera da política e da economia, além da cultural; aos métodos de ensino; à formação humana e com a possibilidade de construção de uma sociedade onde, além da liberdade, se tivesse justiça social. Enfim, a construção de um projeto de sociedade que se diferenciava daquele que ia se firmando. (PALUDO, 2001, p. 86).

E, ao associar o debate relacionado à educação aos problemas e necessidades presentes no conjunto da sociedade, sobretudo entre os trabalhadores, isto produz entre os mesmos um novo entendimento relacionado à educação, pois ela passa a ser vista também como possibilidade de tensionar a realidade objetiva no sentido de construir os questionamentos capazes de compreender a educação como prática social. Prática esta que, conforme Paludo (2001), está inserida e tem seus vínculos com o contexto geral, mas se faz no cotidiano vivido pelas pessoas concretas. A educação, como prática social estabelecida, é um espaço fundamental de produção individual e coletiva de significados e práticas que tenham como perspectivas a intervenção na vida objetiva e subjetiva dos homens, servindo como instrumento de leitura, análise e intervenção na realidade, concretizando no cotidiano vivido a formação do homem *omnilateral* e de uma outra concepção de mundo.

Porém, a instituição do Estado Novo, em 1937, promove a intervenção estatal no movimento sindical e perda de força dos anarquistas e dos comunistas. O que acarreta consequências para a Educação Popular, que perde forças, graças à intervenção gradual do Estado, o qual assume a educação formal e começa a objetivar a educação profissionalizante, nos moldes das proposições da Escola Nova, havendo uma dicotomização mais acentuada entre a Educação Tradicional e o Escolanovismo.

Com o fim do Estado Novo de Vargas, o Brasil passa por um período de ampliação democrática, o que possibilita maiores disputas entre os nacionalistas e os liberais, em relação ao projeto de desenvolvimento do país. No campo pedagógico são desenvolvidas práticas vinculadas tanto à Escola Nova, como à Escola Tradicional, sendo que

Diante dessas duas correntes que hegemonizaram a educação nessa fase da história das idéias pedagógicas em nosso país, cabe indagar sobre a eventual existência de correntes não-hegemônicas. No campo da esquerda, isto é, no âmbito das pedagogias do movimento operário, a corrente anarquista havia perdido bastante a força que tivera na República Velha. Isso se explica, por um lado, pelo refluxo do anarquismo diante do surgimento e da ascensão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) impulsionados pelo advento da Revolução Soviética, como já se destacou; por outro lado, a iniciativa dos grupos dirigentes de transformar a questão social de caso de polícia a caso de política, enquadrando, pelas leis trabalhistas, o movimento operário nas

regras do jogo de forças dominante, retirou muito do ímpeto mobilizador do anarcossindicalismo. (SAVIANI, 2008, p. 272).

Entretanto, no final da década de 1950 e início de 1960, a Educação Popular, a partir da inserção de intelectuais e universitários, da valorização da cultura popular e de sua vinculação com os interesses da classe trabalhadora, na disputa entre Escola Nova e Escola Tradicional, distingue-se destas vinculando-se ao movimento de transformação da sociedade, conquistando espaço.

Neste período, o governo paradoxal de Jânio e Jango traz a possibilidade de acirramento entre os vários setores vinculados às distintas classes sociais: trabalhadores e burguesia. No interior da igreja, institui-se um grande embate entre uma ala ultraconservadora, a Tradição, Família e Propriedade¹; e outra progressista, a Teologia da Libertação². A imprensa, através dos meios de comunicação de massas, posiciona-se claramente em favor da concepção internacionalista/imperialista, questão latente neste momento devido à guerra fria, intensificando ao máximo a implementação de uma ideologia de submissão ao império estadunidense. Enquanto nas comunidades populares, há um grande movimento cultural que desemboca em um amplo processo de conscientização da classe trabalhadora. Isto é verificado nos vários movimentos de Educação Popular que surgiram (MCP – Movimento de Cultura Popular; Campanha de pé no chão também se aprende a ler; MEB – Movimento de Educação de Base; Sistema Paulo Freire; CPC – Centro Popular de Cultura).

Conforme Saviani (2008, p. 317),

A mobilização que toma vulto na primeira metade dos anos de 1960 assume outra significação. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente.

Com isso, o movimento que se constitui a partir da ampla efervescência popular tem como característica a promoção e o incentivo à educação de crianças e adultos, no âmbito não formal, elevando o nível cultural, entendendo o processo histórico, com relação ao mundo. Tinha como metodologia o diagnóstico da realidade, buscando através da reflexão, elaborar e desenvolver práticas para transformar. Todo esse movimento trazia de maneira objetiva sua

intencionalidade política de transformação social. A inserção de intelectuais nos movimentos populares faz com que estes sintetizem vários elementos que contribuem para a construção de um projeto de nação, sob a ótica da classe trabalhadora.

O movimento de Educação Popular, neste período, já demonstrava sua resistência em compreender a escola pública como espaço, também, de veicular as transformações sociais. Este derradeiro entendimento se materializa com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961 que conforme Xavier (1990, p. 135) se configurou no

[...] fato de o texto final aprovado e transformado em lei ter-se revelado o fruto da conciliação entre as propostas em confronto, confirmou a presença, ainda predominante, das preocupações político-partidárias, a fragilidade das oposições ideológicas entre as elites dirigentes e a importância secundária realmente atribuída por elas ao sistema educacional em si, para a solução dos problemas que as afligiam.

Nesse sentido, o movimento em prol da educação, por parte da classe trabalhadora, ocorrido no início da década de 1960, já traz consigo certa descrença na escola pública. O desfecho da Lei de Diretrizes e Bases Nacional pode ser citado como um dos fatores que impulsionou essa incredulidade em relação à educação pública formal como espaço importante para os processos de mudanças sociais.

Sendo assim, nos anos de 1960, o educador Paulo Freire, sistematiza, de forma consciente e atrelada à luta das classes populares, uma pedagogia anunciada e pertencente a essas classes. Conforme Paludo (2000, p. 91), “Pela primeira vez, começa-se a conceber uma pedagogia na educação brasileira (e latinoamericana) que leva em consideração a realidade brasileira com vistas à sua transformação, em que as classes populares assumem papel central.”

Por outro lado, junto com a disputa de projeto de desenvolvimento, a forte mobilização popular e a organização de movimentos reacionários conservadores, no quadro político brasileiro, e sua relação na política internacional do contexto da Guerra Fria, constituem-se como o estopim de um longo período de silenciamento das vozes populares: a Ditadura Militar.

Segundo Konder (2003), com a tomada do poder pelos militares, através do golpe militar, instituiu-se no Brasil um período de autoritarismo, perseguição política a intelectuais, artistas, lideranças populares, prisões, torturas, exílio, desaparecimentos... o que, se considerado o contexto internacional, refletia as consequências da guerra fria, da divisão entre o mundo capitalista, liderado pelo imperialismo estadunidense e o mundo socialista articulado

em torno da URSS. A política econômica deste período se baseava no arrocho salarial e no incentivo para a modernização do capitalismo, abrindo caminho para o estabelecimento do capital especulativo, com o aumento acelerado da dívida externa, a concentração da renda em poucas mãos e o alastramento da pobreza e da miséria entre as classes populares. O êxodo rural alcançou números exacerbados, o que significou o aumento desgovernado das favelas nos grandes centros urbanos.

Após a instituição da Ditadura Militar há o recrudescimento da ação de desmantelamento das forças populares, o que obriga as forças progressistas da época a ampliarem os trabalhos de base, feitos na surdina, nos quais a Igreja Católica passa a ter papel fundamental, como a organização das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's. Mesmo considerando o movimento internacional da classe trabalhadora e a intervenção externa advinda das disputas entre capitalismo e socialismo, no contexto da guerra fria, no Brasil durante a Ditadura Militar, a Educação Popular manteve suas práticas, agora com uma vinculação muito próxima à Teologia da Libertação.

Já no final da década de 1970, há o re-ascenso das forças populares, com a organização do novo sindicalismo, não mais atrelado ao Estado e o surgimento de Movimentos Sociais Populares comprometidos com a transformação social.

Sob a égide da virulência opressora e interventora, inclusive nas escolas, (re) emerge o movimento de *educação do popular*, a partir do ano de 1970, tendo como espaço central os locais de moradia e trabalho das classes subalternas. Mais uma vez, é a conjuntura que reforça a idéia de que a educação pública servia mesmo para reprodução da ordem. Endossada principalmente pelas Teorias Reprodutivistas, que consideram a escola como aparelho reprodutor das ideologias do Estado, esta visão ganha força e é alentada pelo ciclo de ditaduras e o uso parcial da educação escolar pelas elites, sob a égide da ideologia da segurança nacional, em todo o continente latinoamericano. É nesse momento que a Educação Popular ganha a posição de concepção que associa os processos educativos à ação política e social das classes subalternas com vista à transformação social, apesar e para além da multiplicidade de correntes que a conformam, esta constitui-se a centralidade que lhe confere sentido. (PALUDO, 2001, p. 96, destaques da autora).

A Educação Popular, neste contexto, encontra campo fecundo para constituir-se como teoria pedagógica, tendo o educador Paulo Freire papel fundamental na sistematização de tal concepção, que conforme Saviani (2008, p. 319), constituiu-se como “A expressão mais acabada da orientação seguida por esses movimentos e que maior repercussão teve no país e no exterior [...]” Apontado a indissociabilidade entre o político e o pedagógico; a não neutralidade; a não ingenuidade; a sua característica histórica; a sua vinculação com um

projeto de desenvolvimento nacional e popular; apostando na organização popular como campo de atuação.

Em meados da década de 1980, a Educação Popular alcança seu auge como concepção pedagógica, assume o método de Paulo Freire como método de trabalho, com o qual as pastorais progressistas da Igreja, Organizações Não Governamentais – ONG's, Sindicatos, Partidos de Esquerda e Movimentos Sociais Populares comprometidos com a transformação, buscam na efetivação prática, a partir da reflexão, contribuir para a solução dos problemas sociais. O momento histórico de luta pela redemocratização também impulsionou a ampliação da Educação Popular. Em 1989, com as eleições presidenciais diretas, na qual a classe trabalhadora, identificando aqui, todas as forças populares que desde a Proclamação da República vinham trabalhando na perspectiva de um projeto nacional popular de desenvolvimento, unifica-se sob a égide da estrela do Partido dos Trabalhadores para a concretização de tal projeto.

A relação entre Educação do Campo e Educação Popular

Considerando a configuração histórica da Educação Popular no Brasil, e sua condição de concepção pedagógica, pode-se constatar conforme considerações de Paludo (2001, p. 85) que:

A emergência da concepção de Educação Popular pode e deve ser associada ao fato de as classes populares existirem e às suas condições de vida; às opções que as elites tiveram de rumos para o desenvolvimento do Brasil; ao movimento internacional dos trabalhadores; às idéias pedagógicas predominantes num determinado período; ao desejo e esperança de construção de um mundo melhor; e às possibilidades de, via educação, contribuir para a emancipação das classes subalternas e para a sua entrada no cenário político.

Ao resgatar o contexto de constituição da Educação Popular como concepção pedagógica, busca-se identificar uma possível vinculação desta com a luta por uma Educação do Campo. O que permitirá compreender os princípios da Educação Popular como determinantes da luta e constituição da Educação do Campo, pois ao assumirem tal demanda, os povos do campo, através dos Movimentos Sociais Populares do Campo, firmam-se em suas diversas experiências formativas no sentido de se contraporem à Educação Rural³, vinculando à discussão do direito à educação, a necessidade também de discutir qual educação seria esta.

Sendo assim, está posto um importante marco para compreender a constituição da luta por uma Educação do Campo no Brasil. Esse marco gira em torno da questão: qual educação está sendo pleiteada pelos povos do campo? Sendo que as diferentes experiências que, no final da década de 1990, dão fôlego para que os Movimentos Sociais Populares do Campo se articulem e pautem a Educação do Campo na agenda educacional brasileira, como identificado, vêm se construindo historicamente, com uma vinculação intrínseca à concepção de Educação Popular.

A gênese da Educação Popular está nos movimentos operários do início do século XX; nas mobilizações e nos movimentos de massas quando da possibilidade de reformas estruturais de base; sob os ditames dos governos militares, durante a articulação de resistência e confronto ao regime ditatorial; no movimento de redemocratização, que possibilita a retomada do sindicalismo combativo e o surgimento dos Movimentos Sociais Populares comprometidos com a transformação, que intensificam sua atuação também no campo da educação, a partir da formação e escolarização de seus quadros e de suas bases. Sendo que essa atuação está intimamente ligada aos processos desenvolvidos no âmbito da Educação Popular.

Desta forma, pode-se afirmar a possibilidade da Educação do Campo, na perspectiva da Educação Popular, ser considerada no sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo (SAVIANI, 2008). Essa afirmação leva-nos a compreender a Educação do Campo como uma prática educativa que se propõem a ser diferenciada, isto é, comprometida com os interesses e a emancipação das classes subalternas (PALUDO, 2001), neste caso, a classe trabalhadora que vive no campo, e tem sofrido na pele as marcas da opressão, discriminação e exploração impostas pelo capital, também e inclusive, no que se refere ao seu não acesso à educação.

Aqui ressalta-se o entendimento que orienta essa análise, o qual permite utilizar a expressão “povos do campo” para referir-se aos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora que vivem no campo. Tal entendimento, está amparado na leitura de que sob a forma histórica do capitalismo no Brasil, os povos do campo, como extrato da classe trabalhadora, subalterna ao domínio dos detentores dos meios de produção, produzem sua existência material na relação direta com a natureza, e em consequência desta, dão corpo a uma diversidade de formas sociais que se sustentam a partir da organização do trabalho familiar, tendo a terra, e a luta por esta, como principais meios para garantia de sua existência.

Sendo assim, pode-se fixar como marco, o vínculo intrínseco entre a luta por uma Educação do Campo e a Educação Popular. Pois a Educação do Campo vem se

materializando como uma maneira de ocupar espaços de educação formal. Tendo por base a concepção e o fazer educativo da Educação Popular, avançando e tensionando a esfera da política pública, tanto no aspecto político, assim como, no didático-pedagógico, e através dele, garantindo sua incidência de forma direta em processos educativos formais.

Referências:

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Questões e contradições da Educação Rural no Brasil**. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. (Orgs.). **Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. Trad. KRAMER, P. R.; e CARREGAL, L. T. L. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FORCANO, Benjamín. **Leonardo Boff: Semblanza, Teólogo de la Liberdação, Textos Básicos, Proceso em Roma – entrevistas, situação atual**. – Madri: Nueva Utopia, 1993.

KONDER, Leonardo. **História das idéias socialistas no Brasil**. – São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v.70).

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. – Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. – 2ª ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil: a construção do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931 – 1961)**. – Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, sociedade e salvação.**
In: **Anais do XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade - Mundos Religiosos: Identidades e Convergências.** São Bernardo do Campo/SP: UMESP / ALER, 2006. v. I.

Notas:

¹ Conforme Zanotto (2006), em 26 de Julho de 1960 foi fundada em São Paulo a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Tal organização passa a defender que a família, para sobreviver e desenvolver-se, tem necessidade de um substrato material que lhe assegure a vida e a liberdade, o que implica na defesa intransigente da tradição cristã, da família e da propriedade privada. No Brasil, a Marcha com Deus pela Liberdade, realizada em 19 de maio de 1964, em contraposição ao célebre comício da Central do Brasil, no qual o presidente João Goulart anunciará as reformas de base, efetivou-se como a reação e o estopim das forças conservadoras e reacionárias que culminaram no Golpe Militar de 1964.

² A Teologia da Libertação se constitui como um movimento interno da Igreja Católica, que na América Latina, conforme Forcano (1993) a partir da “opção pelos pobres” passa a compreender que o compromisso com a fé cristã passa pelo comprometimento com os oprimidos e sua libertação, não sendo necessária apenas a reflexão sobre a prática, mas o envolvimento concreto para transformar tal prática. Tem como um de seus expoentes e ideólogo o teólogo Leonardo Boff, que inclusive sofre um processo dentro do Vaticano. No Brasil a Teologia da Libertação teve papel decisivo na participação dos frades franciscanos no movimento revolucionário e de guerrilha urbana Aliança de Libertação Nacional – ALN, que culminou com a saga do Frei Tito (Livro: *Batismo de Sangue*), bem como na consolidação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que tem se constituído como a propulsora e grande aliada dos Movimentos Sociais Populares do Campo até os dias atuais.

³ Ver Calazans (1981) e Leite (2002).